CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 001/2020

Ata da Reunião do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS, cuja temática refere-se a População em Situação de Rua, realizada no dia 08 de abril de 2020, realizada via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e convidados, em um total de 47 (quarenta e sete pessoas) e do Secretário Executivo do conselho Sr. Leandro Lapetina Freire. Iniciando a reunião as 14h00, Sr. Rodrigo Salvador Lachi, presidente do CMAS, deseja uma boa tarde a todos e inicia sua fala explicando os motivos da mesma estar ocorrendo de forma virtual, tendo em vista a pandemia vivenciada ocorrida pelo COVID-19. Explica sobre a utilização da plataforma que está sendo usada e agradece a participação de todos. Informa da Resolução Normativa que criou esse grupo de trabalho para discutir a questão da População em Situação de Rua em tempos de pandemia, com base na "Carta Aberta das Trabalhadoras e Trabalhadores da COPROP-POP/SEDS" enviada ao CMAS. Sugeri um teto para o término da reunião as 15h30. Sra. Aurora coloca que trata-se de uma discussão importante, que foram repassados diversos materiais ao CMAS e foram disparados convites para grupos que atuam com população de rua participarem desse grupo de trabalho. Registra a presença do Coordenador do Movimento Nacional da Pessoa em Situação de Rua, Sr. Darci e do Coordenador do Movimento Municipal da Pessoa em Situação de Rua, Sr. Décio. Sra. Marilda sugere como item de pauta, a inclusão da discussão do Decreto que regulamenta a retirada dos valores dos Fundos Partidários para a questão da COVID-19. Sr. Rodrigo explica que o mesmo ainda não foi publicado. Sr. Rodrigo sugere que iniciemos a reunião com a leitura e dúvidas sobre a "Carta Aberta". Sra. Marilda sugere que seja discutido também o documento apresentado pelo Movimento Municipal da Pessoa em Situação de Rua e que seja apresentado pelo Sr. Décio e pelo Sr. Darci. Sr. Rodrigo explana que ao ler a "Carta Aberta" aponta questões a serem discutidas enquanto conselho de assistência social, motivo pela qual não foi oficiada a SEDS ainda. Destaca as questões: 1. Relação de entrega de itens que possam ser caracterizados como benefícios eventuais (item 06: Garantir EPIs para todos aqueles que necessitem, sejam usuários ou servidores, de maneira contínua e segundo critérios e orientações da Secretaria de Saúde da PMS). 2. Item C da carta: Sobre a insuficiência e/ou inexistência de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para o uso de servidores e usuários nos equipamentos considerados essenciais. E item D: Sobre a insuficiência de recursos humanos nos serviços considerados essenciais pela própria SEDS. Assuntos estes

que deverão ser apresentados em relatório a comissão de finanças. 3. Lista de materiais retirados. Com relação a questão dos EPI's, Sr. Rodrigo relata que conversou com a Sra. Mayara e entendeu-se que se trataria de benefício eventual. Tendo por base a Resolução Normativa N.º 543/2014, seria necessário discutir a atribuição do conselho quanto a regulação dos Benefícios Eventuais. Sr. Leandro informa sobre a Portaria Conjunta N.º 01 de 02 de abril de 2020, que dispõe acerca da utilização de recursos do cofinanciamento federal no atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao COVID-19 no âmbito do SUAS. Onde no Art. 1º, item "2.3 – inciso i", veda a compra de EPI's para distribuição a população. Sendo assim, faz-se necessário diferenciar a aquisição para trabalhadores e usuários. Sr. Rodrigo sugere que se faça um estudo sobre o uso de EPI's como benefícios eventuais. Sra. Mayara reforça que são coisas distintas, sendo uma coisa EPI para trabalhadores e outra benefícios eventuais para usuários. Reforça que faz-se necessário discutir a questão de kit de higiene enquanto benefício eventual, pois é uma necessidade da população para o seu dia-a-dia. Sr. Décio ratifica que os EPI's para a população de rua deva ser entregues diariamente, devido a exposição. É necessário também a divulgação das formas de utilização. Sra. Marilda reforça o já solicitado em outra reunião, que é o contato com a Segurança do Trabalho – Setor da Prefeitura, para discussão quanto a correta utilização de EPI. Sr. Rodrigo sugere que para além da discussão sobre o EPI, aprofundar-se sobre a distribuição dos mesmos, assim como a relação das retiradas pelas equipes ou responsáveis pelos serviços socioassistenciais. Relata ainda que a "Carta Aberta" aponta a inexistência deste material e que isso precisa ser melhor entendido. Sra. Marilda relata que no início foi incipiente, foi chegando timidamente. Hoje chega mais. As máscaras estão pensando em fazer. A carta é do início, hoje falamos de um novo ciclo. Mas precisamos escutar os outros serviços. Sra. Leticia relata que tem chegado EPI ao Centro POP. Sr. Décio reforça que a entrega do álcool gel à população em situação de rua é muito perigoso é necessário que sejam monitorados, o melhor é a entrega de água e sabão. Sra. Rosana Gomes aproveita para informar que estão neste momento todos empenhados em buscar parcerias com a sociedade civil, e ainda buscando metodologias inovadoras, novas formas de operar e que a Sra. Miriam Araújo colocará acerca dos acolhimentos. Novas vagas serão ofertadas, lembrando que a medida é de proteção. Os números do censo não foram ainda disponibilizados. Relata que os insumos estão sendo adquiridos. As máscaras são as de apoio, para o público em geral, pois as de outro material são de uso hospitalar. A distribuição dos insumos está sendo equacionada e priorizada à medida em que os mesmos cheguem. Houve dificuldade para aquisição inicialmente por não haver no mercado. Com relação ao quadro de recursos humanos, Sr. Rodrigo sugere uma consulta ao RH-SEDS para identificar quais trabalhadores estão aptos. Sra. Marilda coloca que a equipe de abordagem social perdeu 60% do efetivo. Servidores foram emprestados para outras unidades, mas que agora já está sendo normalizado. Relata que o serviço do Consultório na

Rua se afastou. Sra. Mayara questiona como está o serviço SEACOLHE-AIF. Sra. Manuela informa que foram transferidos dois servidores do SEAPRO-MVV para o SEACOLHE-AIF, mas que o serviço está com um número alto de acolhidos e há preocupação com o número e uso dos EPI's. Sra. Mayara questiona sobre a capacidade de acolhimento no município, pois viu em reportagem da prefeitura, que o município terá capacidade para acolher todas as pessoas que necessitarem. Nesta questão, Sra. Marilda pede a leitura do documento apresentado pelo Movimento Municipal de Pessoas em Situação de Rua. Sr. Décio faz a leitura e fala sobre as reais necessidades para a população em situação de rua e de abrigos urgentemente. Sr. Darci complementa a fala incluindo a dificuldade com as questões colocadas para a população em situação de rua, devido a COVID-19. Sr. Rodrigo pede que a Sra. Miriam se coloque, pois poderá contribuir sobre o fluxo de atendimento à população em situação de rua, assim como em relação aos acolhimentos. Sra. Miriam, relata o quanto é importante este espaço de discussão, colocando que hoje a população de rua é visível diante de suas necessidades. Informa que está aberto o abrigo de emergência, desde a situação de calamidade pública ocasionada pelas chuvas do início de março, mas que hoje está totalmente direcionado para as pessoas em situação de rua, com a capacidade de acolher 40 indivíduos, respeitando-se as recomendações da saúde. Com relação ao fluxo, a triagem é feita pela equipe de abordagem social, que faz o atendimento e faz o encaminhamento para os acolhimentos provisórios, sendo eles: Albergue Noturno, SEACOLHE-AIF ou Abrigo de emergência. Relata que as vezes mesmo com toda a orientação há resistências de algumas pessoas para irem para os abrigos. Informa ainda que a unidade CENTRO-POP está aberta em finais de semana e feriados para garantir a alimentação e higienização dos usuários que forem encaminhados ou buscarem o serviço, assim como o Bom Prato com relação a alimentação. Com relação ao quadro de funcionários, informa que está sendo disponibilizado horas-extras para as equipes, visando-se assim garantir o atendimento. Sr. Ângelo – COMAD, questiona se não é possível as pessoas usarem os abrigos apenas para sua higienização e informa que o COMAD também oficiou a Prefeitura com relação as vagas em acolhimento. Sra. Marilda lembra que o documento do Movimento Municipal de Pessoas em Situação de Rua é vasto, com uma série de questões para o atendimento aos usuários. Lembra que pelo CENSO de 2013 havia cerca de 700 pessoas em situação de rua, e que até o momento não tivemos devolutiva do CENSO realizado em parceria com a UNIFESP. Sra. Rosana reforça que os dados do CENSO ainda não foram disponibilizados e que temos vagas de acolhimento em todos os serviços nesse momento, casas de passagem e abrigos institucionais. E que de fato a Assistência Social não poderá agir de forma isolada. Sra. Marilda pede que o Consultório na Rua esteja mais presente, pois só estão trabalhando a partir das 14h. Reforça que não há abrigos para quarentena e que a Assistência Social não tem pernas para tudo. Precisamos de suporte da saúde e não estar na linha de frente. Sra. Aurora relata que é necessário um

trabalho conjunto com a saúde através da equipe do consultório de rua junto com a equipe de abordagem orientando e distribuindo kits de higiene. Sra. Elisangela relata que sente a necessidade de uma ação integrada e articulada entre os serviços de saúde e assistência social. Sra. Roselaine questiona que o consultório na rua também é muito importante para as gestantes usuárias, então quem está cuidando delas nesse momento? Que é uma situação preocupante. Sr. Rodrigo sugere que tente se organizar os encaminhamentos, sendo um deles Oficio do CMAS, pedindo explicações a Secretaria de Saúde quanto a atuação do Consultório na Rua neste período de pandemia. Sra. Marilda aponta que precisa de ações maiores, do que apenas oficiar. Esperava a participação do Secretário de Desenvolvimento Social nesta reunião. Precisamos da participação da Saúde nesta questão, assim como está acontecendo nos demais municípios. Precisamos de protocolos. Por exemplo o serviço da SECASA está sem acolher ninguém, ficando para a SEDS o acolhimento do público daquele serviço. Sr. Rodrigo sugere a continuidade desta reunião para o dia 13 de abril às 14h. Sra. Mayara pergunta se a SEDS consegue dar devolutiva com relação a protocolos com a Saúde, com relação aos atendimentos? Sra. Aurora sugere o convite as unidades da Saúde: Centro de Saúde Martins Fontes; UBS Porto, Unidade de Saúde da Família Vila Nova e Consultório na Rua, assim como, que a Prefeitura pense em adaptar ginásios para transformar em abrigos para população em situação de rua em conjunto com a Saúde e SEDS, transformando em abrigos de campanha. Sr. Rui, sugere a utilização de escolas também. Sra. Letícia elenca algumas questões pendentes, e que a SEDS pudesse se posicionar na próxima reunião: disponibilidade de torneiras públicas, para higienização da população em situação de rua; estratégias de garantia de acesso da população ao auxilio emergencial, já que a Caixa Econômica Federal, ao que parece, está negando o cadastro presencial; organização dos acolhimentos de acordo com o proposto pelo Movimento Nacional e o Bom Prato de forma gratuita. Sra. Daniela – Sociedade Civil, informa que grupos de pessoas estão entregando marmitex para a população de rua e sugere pensar em um cadastro desses grupos para fazer um levantamento dessas ações e orientação para as pessoas voluntárias. Sr. Mauricio, solicita que seja pensado em abrigos diferenciados, para pessoas sintomáticas, pessoas assintomáticas e para casos confirmados que não precisem de internação hospitalar. Sra. Mayara lembra que a cerca de 01 ano a SEDS ficou de apresentar ao CMAS a minuta da Lei Municipal da Política Municipal de atenção a População em Situação de Rua. Não tendo mais assuntos a tratar, Sr. Rodrigo declara finalizada a Reunião, às 15h50, pedindo que a Secretaria Executiva providencie o convite para a próxima reunião divulgando a mesma aos interessados. Eu, Leandro Lapetina Freire lavrei a presente ata.

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo – CMAS